

RESENHAS

Work, Unemployment and the New Technology - de Colin Gill, Polity Press, Cambridge, 1985.

Négocié l'Ordinateur? - da ARETE (Association pour la Recherche sur l'Emploi des Techniques), La Documentation Française, Paris, 1983.

La Bureautique dares l'Entreprise - de Norbert Alter, Les Éditions Ouvrières, Paris, 1985.

*Por Thomas Patrick Dwyer**

Voltados sobretudo para a análise e discussão das transformações provocadas pela informática e pelas telecomunicações no mundo do trabalho, os três livros aqui examinados constituem uma amostra significativa das publicações, cada vez mais numerosas, preocupadas em compreender o crescente papel da informatização nos países desenvolvidos.

Isolada ou conjuntamente, posto tratar-se de tecnologias que se associam de diversas formas, informática e telecomunicações encontram aplicações que se multiplicam nos setores agrícola e manufatureiro, no comércio e nos bancos, nas administrações e serviços, em suma: em praticamente todos os domínios da atividade econômica e social. Robôs industriais, máquinas-ferramenta de controle numérico, concepção auxiliada por computador, sistemas automatizados de gestão de arquivos, terminais ponto-de-venda e de transferência automática de fundos, processadores de texto que se articulam a redes de comunicação, telecopiadores que transmitem imagens e textos à distância, sistemas de áudio e vídeo-conferência..., aumentam velozmente os campos de aplicação e difundem-se os equipamentos disponíveis que permitem não apenas avanços consideráveis na automação do trabalho, mas abrem novas perspectivas para diferentes formas de trabalho à distância.

A rápida e continuada queda nos preços dos componentes micro-eletrônicos e a expansão das redes de comunicação, potenciada pela vulgarização dos satélites espaciais de telecomunicações, ocorrem num contexto marcado pela crise da indústria manufatureira no Primeiro Mundo, a qual, por sua vez, articula-se à segmentação dos mercados de massa e a processos de realocização industrial que transferem partes da produção para outras regiões. Nessas condições, o avanço tecnológico tem sido visto como uma possível saída para a retomada do crescimento, concorrendo para criar, sobretudo nos últimos dez anos, um estímulo consistente aos investimentos nessas novas tecnologias.

Quais seriam os efeitos desse novo tipo de crescimento e das transformações que ele acarreta? Os prognósticos otimistas de um mundo liberado das tarefas rotineiras, perigosas ou monótonas, tais como apresentados no influente *A terceira onda* (Toftler, 1980), contrastam claramente com o pessimismo de outras análises. Há não muito tempo, o relatório Nora advertia quanto à possibilidade de uma redução de 30% nos empregos, com a telematização dos escritórios franceses (Nora & Mine, 1978). Um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho menciona a previsão do *Commerzbank* alemão no sentido de que os "robôs inteligentes" colocarão em risco, ainda nesta década, aproximadamente a metade dos quase dois milhões de empregos nas linhas de montagem do país (ILO, 1984). Quem estaria com a razão?

Os trabalhos aqui comentados examinam essa "revolução tecnológica" sob diferentes perspectivas. O livro de Gill esboça uma análise mais geral dos efeitos positivos e negativos das tecnologias de informatização, enfatizando a necessidade de um controle social para regulamentar sua implantação e evitar conseqüências potencialmente negativas. O da ARETE, cooperativa formada por sociólogos e cientistas especializados em computação, analisa a experiência de informatização em sete companhias francesas e fornece uma visão geral dos processos de negociação em seis países ocidentais, enfatizando as dificuldades que restringem a capacidade de trabalhadores e sindicatos exercerem controle sobre a implantação dessas tecnologias. Finalmente, o livro de Alter, pioneiro no campo da telematização (1) de escritórios, examina oito casos na França, nos quais a mudança ocorreu sem negociação, e discute as alterações verificadas nas relações de poder nos locais de trabalho, mostrando que aí se esboça uma nova problemática de lutas trabalhistas.

No conjunto, os três livros apresentam mais questões do que respostas. Entretanto, ao mesmo tempo, colocam um desafio às formas mais convencionais de analisar não só o mundo do trabalho, como também o futuro de sociedades cada vez mais sujeitas à informatização.

Dirigido a um público não especializado, o livro de Gill transmite essencialmente o recado de que será desanimador o futuro dos empregos e da qualidade de vida no trabalho, nos países industrializados, se a sociedade

(leia-se: o movimento sindical) não conseguir controlar a implantação dessas novas tecnologias. Professor de Relações Industriais em Cambridge, o autor encara com pessimismo as possibilidades políticas de controle social dessas tecnologias no contexto britânico, a menos que surjam condições de se adotar uma solução de tipo escandinavo, que envolve sindicatos fortes numa situação em que o empenho governamental e a legislação favoreçam o caráter negociado da mudança tecnológica.

Nos capítulos iniciais, o livro discute questões mais específicas ligadas aos efeitos da informatização sobre o número de empregos e a estrutura das tarefas. Suas análises, com base em pesquisas feitas sobre o trabalho em fábricas e escritórios, deixam no leitor uma impressão bastante negativa com relação às tendências de evolução do emprego e dos requisitos de qualificação associados às ocupações. Mostra, contudo, que o processo não atingiria uniformemente a população. Nos escritórios, para tomar um exemplo, as mulheres são mais vulneráveis ao desemprego do que seus colegas do sexo masculino, os quais, beneficiados pelas características contemporâneas da divisão sexual do trabalho, ocupam posições geralmente mais elevadas, nas quais a introdução do computador pode eventualmente resultar inclusive num enriquecimento das atividades no trabalho. Essa percepção pessimista das tendências por assim dizer "espontâneas" é, no entanto, rompida regularmente por afirmações de que o controle social pode revertê-las no que teriam de negativo para os trabalhadores. Essa idéia é desenvolvida mais sistematicamente nos demais capítulos do livro, nos quais o autor discute a reação sindical na Grã-Bretanha e outros países ocidentais, analisa o processo de mudança nos países escandinavos e, finalmente, faz uma apreciação mais ampla e geral sobre a questão do controle social das novas tecnologias e o futuro do trabalho.

No caso britânico, apesar da percepção sindical da relação entre desenvolvimento tecnológico e desemprego, e da recomendação dos sindicatos para que se busque soluções negociadas para a introdução de novas tecnologias, a grande maioria das mudanças ocorreu até hoje sem nenhum tipo de acordo entre patrões e sindicatos. A intervenção destes últimos, quando existiu, ocorreu essencialmente nos chamados setores de "colarinho branco", e sua forma foi basicamente defensiva, não tendo redundado nem em ganhos salariais, nem em qualquer espécie de redução do tempo dedicado ao trabalho. Seu êxito maior restringiu-se a questões relativas à qualidade do trabalho, com a celebração de acordos de segurança e saúde, em particular nas ocupações envolvidas com o uso de monitores de vídeo. Gill discute também outras situações nacionais (França, Alemanha Ocidental, Itália e EUA), buscando ilustrar a variedade de tentativas de estabelecimento de formas de controle social sobre o processo de informatização, em contextos diferentes do britânico. Sua conclusão é pela necessidade de que os sindicatos busquem "novas abordagens..., se quiserem sobreviver enquanto força social viável" (p. 139).

Na procura de soluções, o autor volta-se para a Escandinávia, onde a associação entre um movimento sindical forte e a presença extensa e continuada da social-democracia no poder permitiu o surgimento de uma conjuntura de acordos e normas legais que condicionam a implantação de novas tecnologias à negociação entre patronato e sindicato.

O livro é bastante informativo na discussão dos casos escandinavos. O leitor fica sabendo, por exemplo, que -o próprio Estado sueco patrocinou a criação de uma Comissão de alto nível, com representação de diferentes setores sociais, encarregada de garantir que as tecnologias de informatização se desenvolvam sob controle democrático, de preparar diretrizes para seu uso e de estimular a cooperação social para a formulação de uma política compreensiva para esse campo. Também na Suécia, um "Fundo para o Ambiente de Trabalho" gasta cerca de US\$ 70 milhões ao ano, parte desses recursos em projetos de pesquisa com o objetivo de "elaborar tecnologias não-prejudiciais e produzir conhecimentos sistemáticos sobre a capacidade dos sindicatos para influir no planejamento e uso das novas tecnologias no interior das diversas empresas" (p. 157). Na Noruega, um acordo coletivo que abrange a maior parte da força de trabalho, reconhece aos trabalhadores plenos direitos de participar em questões relativas à introdução de novas tecnologias, de eleger delegados que recebem treinamento abrangente nas áreas tecnológicas, e de receberem eles próprios treinamento no campo da computação. E assim por diante, outros projetos e acordos são apresentados com detalhe.

Analisando a legislação e os acordos existentes nos países escandinavos, Gill conclui pela exemplaridade desses casos e pela necessidade de que as características daquele processo e as estratégias sindicais e políticas ali adotadas sejam levadas em consideração por organizações e movimentos que, em outros países, estejam interessados no controle social sobre a informatização.

No capítulo final, o livro desenvolve a idéia de que a revolução informática representa uma inflexão decisiva na história, tomando porém como ponto pacífico que a ética do trabalho continuará a ser culturalmente dominante. Assim, embora afirme que o futuro do trabalho permanece em aberto e dependente de uma estratégia que "antecipe as escolhas a serem feitas (e) que possam determinar, em última análise, sua direção futura" (p. 184), vê como necessária uma redução da jornada de trabalho (ou do período dedicado ao trabalho) para evitar sérios conflitos entre "trabalhadores" e "não-trabalhadores", assim como afirma que grandes esforços terão que ser feitos, inclusive com a

criação de comissões de planejamento com participação dos trabalhadores, para que o espírito taylorista não domine os novos empregos criados.

Em suma, o objetivo do autor, com esse livro, é sensibilizar um público não iniciado e propor um projeto para reduzir os danos do avanço tecnológico. O pessimismo que cerca o trabalho do *SPRU (Science Policy Research Unit)* da Universidade de Sussex (cf. J.L.Missika *et alii*, 1981) é uma de suas principais fontes de dados e também um de seus alvos principais. Para escapar ao triste determinismo tecnológico do *SPRU*, Gill recorre ao exemplo escandinavo que, para ele, espelha um efetivo controle social do avanço tecnológico. Contudo, sua análise desse exemplo permanece um tanto aquém do que se poderia considerar como um exame crítico aprofundado. Esta é uma deficiência de seu livro, mas seu projeto político parece simples: a Grã-Bretanha só poderá evitar um futuro desanimador se o seu movimento sindical se renovar, se -for eleito um governo trabalhista e se ambos conseguirem construir instituições capazes não apenas de garantir a adoção das novas tecnologias necessárias à sobrevivência do país na economia capitalista mundial, mas também de fazer com que isso se dê sob uma forma de controle social que se assegure que a criação de empregos e a qualidade do trabalho sejam efetivas prioridades na realização das opções tecnológicas.

O livro da *ARETE*, estudo encomendado pelo Ministério da Indústria e da Pesquisa Científica e pela Agência Nacional para a Melhoria das Condições de Trabalho, permite uma leitura que lança sérias dúvidas sobre as possibilidades da negociação entre o patronato e sindicatos exercer um controle efetivo sobre as mudanças tecnológicas, inclusive nos casos norueguês e sueco. Embora centrado no mesmo terreno da negociação, este trabalho distingue-se do de Gill antes de tudo por um enfoque mais definido e um objetivo bastante específico, examinando basicamente duas questões: a da construção de um espaço institucional de negociação nas empresas onde esta pode ocorrer e a dos problemas envolvidos no desenvolvimento do processo de negociação.

Precedida de um texto sobre a legislação francesa que regula a informatização e o processo de consulta nas empresas, a primeira parte do livro gira em torno do, exame de sete experiências de informatização negociada na França, concluindo-se por um balanço que avalia seus resultados. A segunda parte trata da experiência de seis países (Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, Itália, Japão e, sobretudo, Noruega e Suécia), com base na análise de textos e em entrevistas com os responsáveis por processos de negociação.

Conquanto uma análise geral desse livro-relatório fique dificultada sobretudo pelo fato de serem abordadas realidades diversas sem um quadro teórico unificador muito claro, procurar-se-á dar uma idéia de certos fenômenos importantes que são evidenciados ao longo do estudo.

Já de início, o leitor poderia surpreender-se com o fato de ser generalizada nas lideranças sindicais a idéia de que o investimento nas novas tecnologias é necessário à sobrevivência das empresas e das economias nacionais, o que contrasta com outro fato: o de que, na maioria dos países, "os assalariados e seus representantes adotam, em geral, uma atitude defensiva na luta pela manutenção das vantagens adquiridas" (p. 125).

Pressionados pelos riscos do desemprego ou pela ameaça da degradação das condições de trabalho, além do receio de perder filiados se não atuarem mais positivamente, os sindicatos procuram fazer-se ouvir e não raro buscam iniciar processos de negociação, mas não é sem problemas que o fazem. Às vezes, pelo contrário, resistem à negociação, retraindo-se para uma posição clássica, segundo a qual a mudança tecnológica é assunto do patrão, procurando conservar uma certa distância que lhes permita preservar possibilidade de lutas posteriores. Os patrões, por seu turno, dirigem-se às vezes diretamente aos assalariados, buscando evitar a atuação dos sindicatos, atitude que, em alguns casos, associa-se a uma recusa de qualquer participação sindical no processo de introdução de mudanças tecnológicas.

Em outras situações, quando por imposições legais ou acordos coletivos os patrões são obrigados a comunicar às instâncias representativas dos trabalhadores as alterações técnicas planejadas pela direção da empresa, são muitas vezes utilizados "mecanismos de filtragem": as mudanças só são comunicadas no último instante, as informações não incluem as especificações técnicas de forma clara, ou ainda as informações patronais são organizadas segundo estratégias voltadas para tranquilizar os trabalhadores quanto aos aspectos sociais das mudanças para evitar seu questionamento quanto a outras dimensões. Não obstante, observam-se muitas vezes inversões importantes nessa questão: onde os patrões não informamos representantes, não é raro que se desenvolvam canais informais pelos quais aqueles recebem informações dos próprios responsáveis diretos pela concepção ou organização da mudança.

Nem sempre, porém, o não funcionamento adequado dos canais formais de comunicação restringe-se à direção patrão-representante. Isso ocorre também no relacionamento representantes-trabalhadores.

Os representantes afirmam com frequência não terem condições de compreender as informações excessivamente técnicas, mesmo quando estas lhes são transmitidas com antecedência. Esta é talvez uma das razões pelas quais muitas vezes, por mais interessado e combativo que seja o seu comportamento, limitam-se a buscar explicações e não vão muito além de recorrer aos ergonomistas para obter garantias quanto à segurança da integridade da saúde física e

psíquica dos trabalhadores, como se esta fosse a única questão relevante. Na busca de uma solução para isso, alguns sindicatos alemães têm investido na formação de assessores, política que, no entanto, pode trazer o germe de um novo problema: trata-se de agentes do poder sindical, mas seria também possível que se apropriassem desse poder para substituir-se à participação dos trabalhadores e atuar no sentido de servir a outros interesses (p. 122). Na Noruega, é um direito dos assalariados o de designar "delegados informáticos" nas empresas, mas não é raro que estes se tornem isolados no interior das companhias, o que resulta em dois tipos de riscos: em função de sua especialização técnica, podem perder sensibilidade para questões mais relacionadas com os aspectos sociais da informatização e, em função de sua própria existência e papel, podem tornar-se obstáculo à mobilização dos trabalhadores (p. 171).

Mesmo na Suécia, onde a legislação é bastante avançada, os trabalhadores enfrentam dificuldades para influir nas escolhas tecnológicas. A ARETE atribuiu tais dificuldades a imprecisões da legislação, a deficiências no modo de elaboração dos projetos e à baixa capacidade de análise por parte dos trabalhadores, fatores aos quais acrescenta o baixo nível de mobilização dos assalariados na questão da informática, que "lhes parece, ao mesmo tempo, um instrumento banal e um problema abstrato de difícil compreensão" (p. 184). Esse baixo nível de mobilização, que talvez resulte de fato de um certo desconcerto em face da complexidade e dos efeitos contraditórios das mudanças, é encarado pela ARETE como representando uma certa apatia do grosso dos trabalhadores em relação ao processo.

Trate-se ou não verdadeiramente de apatia, e deixando de lado a ênfase que parece ser freqüentemente concedida às questões ergonômicas, parece que, mesmo nos países onde os trabalhadores são mais estimulados a participar e onde os representantes são mais ativos, a preocupação dominante é a manutenção dos níveis de emprego e da estrutura das tarefas. Quando chamados a conceber um novo sistema de produção, os trabalhadores geralmente propõem algo semelhante ao modelo antigo. Sua participação seria essencialmente conservadora ao nível social e, para os padrões, relativamente ineficaz do ponto de vista econômico. Contudo, tal conclusão seria um tanto apressada, segundo a ARETE, pois a negociação pode também ser utilizada para fazer passar reformas ou mudanças que, de outra forma, seriam sumariamente recusadas. Num hospital francês, por exemplo, o processo de negociação forneceu conhecimentos indispensáveis aos técnicos envolvidos com a concepção e implementação das mudanças, sem os quais o projeto não poderia ter tido êxito, e a participação das enfermeiras-chefes foi fundamental para isso (pp. 100-101).

Assim, parece que duas lógicas podem presidir às negociações: uma visando assegurar um controle social do processo de informatização, e outra que busca obter apoio social para implementar esse processo. A ambigüidade resultante do funcionamento dessas duas lógicas e, além disso, o fato de que muitas vezes nem os trabalhadores nem os padrões dominam a linguagem técnica da informatização permitem que se abra um espaço para que os técnicos em informática se transformem, com seus projetos, no poder. Ou, como diz o texto, numa linguagem um pouco mais complicada, "os níveis intermediários responsáveis e organizadores desse processo detêm o monopólio das arbitragens em função de critérios pré-definidos num sistema fechado, muitas vezes exclusivos em relação à lógica de ação dos usuários" (p. 103).

No resumo da realidade francesa, o livro conclui que a multiplicidade de objetivos restritos que tem orientado a consulta e a participação dos trabalhadores e de suas instâncias representativas não tem permitido que se configure um verdadeiro processo de negociação das mudanças técnicas (p. 103).

Negociar o computador? é em certa medida frustrante no tratamento de algumas questões: não são discutidos de forma clara os critérios de sucesso ou fracasso de um processo de negociação; não é especificada a importância relativa dos fatores que levariam ao fracasso desse processo; e também não é tratada a situação da maioria dos trabalhadores dos países industrializados que serão submetidos à informatização sem a proteção de acordos. De qualquer forma, o livro procura desenvolver uma alternativa para o processo de negociação. Da crítica à limitação de visão que estaria implícita na defesa de aspectos restritos das condições de trabalho e na defesa da pura e simples manutenção dos níveis de emprego e estrutura de qualificações, emerge uma concepção que requer que o processo de negociação seja permanente e o mais amplo possível, conduzido com "pluralismo e sinceridade" (p. 13). Nesse contexto, duas mudanças se exigiriam da atuação sindical: uma redefinição das questões em jogo e um fortalecimento de sua capacidade de negociação. A questão do emprego, por exemplo, na perspectiva da ARETE, deveria ser tratada no terreno em que melhor pode ser resolvida, ou seja, a partir do reconhecimento de que tal questão faz parte das estratégias e estruturas das empresas. Uma política ofensiva dos sindicatos poderia propor "planos de mobilidade de mão-de-obra, provocar necessidades de reorganização, pressionarem favor da reorientação da evolução do trabalho no sentido de um enriquecimento global" (p. 12).

dos escritórios, num estudo teórico baseado em pesquisas empíricas em oito empresas telematizadas da França, nas quais foram implantados, em quantidade e qualidade variáveis, diferentes equipamentos como sistemas de áudio conferência (que permitem a reunião à distância entre várias pessoas), telecopiadores (copiadores com capacidade de transmissão das cópias para receptores situados em outros lugares), processadores de texto acoplados a sistemas de comunicação e bancos de dados etc. Em nenhum dos casos estudados, a introdução dessas tecnologias foi negociada.

Alter considera que o efeito global da "burótica" (a telemática nos escritórios) configura-se em quatro dimensões: um aumento da interdependência, um avanço na inventividade, uma aceleração do processo de decisão, e uma melhoria na qualidade do produto. Tais efeitos, porém, não surgem sem transformações sociais no interior das empresas, envolvendo três grupos de atores: as operadoras especializadas, os administradores ("gestionnaires", em francês) e os inovadores. Entre estes últimos, sobretudo, ocorrem conflitos que, segundo o autor, constituem-se na própria condição para a otimização do emprego da técnica.

Os outros livros aqui comentados defendiam, com maior ou menor ênfase, a negociação e a paz social como pré-condição para a eficaz informatização das empresas. Alter argumenta em favor do conflito entre os atores sociais, afirmando que "o aumento da produtividade da organização não pode ocorrer sem colocar em questão o equilíbrio de poderes anteriores". Mas, quem são esses atores e o que fazem? De que maneira seus conflitos concorrem para que a empresa se torne mais eficaz? Poder-se-ia interpretar esse aumento de eficácia como um aumento da exploração dos trabalhadores? Como reage o movimento sindical em relação a essas mudanças?

Categoria composta por datilógrafas, digitadoras, auxiliares de documentação e outros técnicos subalternos, os operadores especializados não são produtores de informações, apenas tratando as produzidas por outrem, e sua intervenção limita-se a uma única técnica, sem liberdade de inovar fora de funções estritamente definidas. A telematização parece implicar numa taylorização de seu trabalho, mas observam-se mudanças qualitativas com o desaparecimento ou simplificação de certas tarefas tradicionais, como o trabalho de correção de textos, por exemplo. Contudo, a queda prevista para o nível de emprego dessa categoria não chegou a ocorrer, em virtude do aumento da demanda sobretudo de textos intermediários e finais de melhor qualidade e "layout". Seja como for, as operadoras especializadas (e o feminino aplica-se melhor porque as mulheres são absolutamente majoritárias na categoria) combatem de várias formas o papel que lhes é reservado na empresa.

Os administradores também não são geralmente produtores de informações, mas seus utilizadores e transmissores, fazendo-as circular vertical ou horizontalmente no exercício de gestão da empresa. Por outro lado, os quadros hierárquicos e as secretárias de direção sentem-se pertencentes a grupos sociais pouco atingidos pelas mudanças, procurando manter suas funções tradicionais e sentindo-se pouco atraídos pelas novas relações de interdependência e pelas possibilidades de inovação oferecidas pela burótica.

Os inovadores, por seu turno, não só transmitem informações como são eminentemente seus produtores, sendo os mais implicados numa mudança que visa modificar a relação entre o homem e a informação e os mais estimulados à inventividade na busca de novos usos para as técnicas e equipamentos disponíveis. São, assim, estruturalmente propensos a transgredir as barreiras espaciais e organizacionais que lhes impediriam o acesso a dados informatizados que, de outra forma, constituiriam "segredos burocráticos" detidos com exclusividade pelos responsáveis administrativos por atividades setoriais da empresa. O acesso à informação, no caso, é facilitado pelo estabelecimento de redes informais de "contatos eletrônicos" entre os mais diversos setores não burocráticos da organização, e a transgressão às regras burocráticas, criadora de zonas de incerteza na organização, justifica-se pelas possibilidades ampliadas de conduzir a uma maior eficácia no funcionamento da empresa, por oposição ao estrito seguimento daquelas regras.

Aumentando as informações disponíveis em relação aos diversos campos de atividade da organização e manipulando-as ponto por ponto de modo a facilitar o processo de decisão, os inovadores pesquisam permanentemente a melhor maneira de transformar o meio interno e de estabelecer um melhor relacionamento da empresa com o meio externo, considerando-se com isso mais aptos do que os administradores para otimizar a rentabilidade da organização. Enquanto estes últimos se defendem recorrendo à busca do fortalecimento das regras burocráticas e à manutenção de esferas privilegiadas de autonomia de decisão, os inovadores não hesitam em solicitar avaliações econômicas de seu trabalho e comparações com as tarefas desempenhadas pelos administradores. Reivindicações de competência e conflito são parte essencial da formação da identidade dos inovadores, um grupo constituído por várias categorias de trabalhadores e que se organiza em papéis polivalentes na busca da organização mais eficaz da empresa. Em suas ofensivas contra os administradores, recorrem a um quarto grupo, o dos diretores da empresa, que intervém ou procuram fazê-lo no sentido de simultaneamente favorecer as mudanças propostas pelos inovadores e manter a estabilidade institucional advogada pelos administradores. Na terminologia de Alain Touraine, os administradores defendem as relações de produção, os inovadores desenvolvem novas relações de produção, e os diretores de empresas

equilibram as duas forças.

Os inovadores desburocratizam a empresa através do uso de conhecimentos interligados em redes de informações, mas isso só ocorre porque o grupo comporta valores culturais novos, onde "o movimento é preferido à ordem, o desenvolvimento e a produção ao funcionamento e à reprodução" (p. 186). Ao lado disso, com um outro valor, querem que a organização se torne eficaz. Teria isso a ver com uma assimilação da ideologia capitalista? A opressão sentida pelos inovadores é a do aparelho, não a do lucro, e tudo indica que rejeitam a ética do trabalho e defendem o lucro porque, tendo-o produzido, querem aumentar seu tempo livre para dedicar-se a outras atividades (p. 161). O mundo do trabalho perde seu lugar central e o mundo do consumo ganha importância (2).

O estudo de Alter mostra uma reviravolta significativa no mundo da cultura e da organização do trabalho, assim como indica ou sugere o aparecimento de um novo ator-social nas sociedades ditas de "capitalismo industrial". No entanto, suscita algumas críticas. Parece que o autor está seduzido pela utopia da inovação permanente que lhe teria sido sugerida pelo extremo dinamismo da mudança característico da conjuntura e dos setores nos quais pesquisou e conviveu. Tal impressão se vê reforçada pela falta de análises quantitativas (sobretudo) dos fenômenos teorizados por Alter, e pela carência de reflexões mais aprofundadas sobre o seu relacionamento, durante os três anos de pesquisas de campo, com os funcionários das empresas pesquisadas e com seu próprio empregador, o Ministério das Telecomunicações da França. Não obstante, seus dados e resultados são de alguma forma reforçados pela comparação com os de outras investigações empíricas realizadas sobre a questão da informatização em contextos diferentes. Exemplo entre outros é o trabalho de Roberto Grün (1986), publicado neste número da RBCS, no qual o autor, analisando o setor bancário brasileiro, em recente conjuntura de mudança, constata o mesmo tipo de conflito entre "inovadores" e "administradores".

De um prisma teórico, os resultados e conclusões de Alter reforçam, a nível microssociológico, as teorias sobre o surgimento de uma sociedade pós-industrial, particularmente concepções como as de Alain Touraine (1969 e 1984). Do ponto de vista da análise concreta realizada, o estudo de Alter compartilha a preocupação expressa nos outros dois livros comentados quanto a uma certa desorientação vivida pelo movimento sindical contemporâneo diante do avanço tecnológico. A própria definição das questões envolvidas, o tipo de atuação defensivo e conservador e mesmo a linguagem adotada pelo movimento sindical frente à mudança tecnológica, não são atraentes para os inovadores, identificando-se mais com as percepções e reivindicações dos operadores especializados e pouco ou nada tendo a ver com os temas e aspectos que os preocupam no tocante ao poder e à divisão do trabalho. Todavia, os conflitos cotidianos em que estão envolvidos esses inovadores ainda não assumiram proporções suficientes para refletir-se numa nova orientação sindical.

Conclusão

O pano de fundo dos livros examinados não é apenas o declínio do trabalho industrial nos países desenvolvidos, mas também a crise de representação social que acompanha contemporaneamente os conflitos pelo controle do processo e relações de trabalho. Duas representações clássicas são a negociação do controle entre patrões e trabalhadores, por um lado, e a ruptura revolucionária conducente ao controle pelos trabalhadores, por outro. Se a primeira, que é a discutida pelos autores, mostra-se na prática uma via difícil, nenhum deles menciona ou defende a possibilidade de uma ruptura revolucionária vir a interromper o controle capitalista e estatal da informatização nos países desenvolvidos. Todos acreditam que o controle social da informatização deve obrigatoriamente passar pela ação ofensiva do movimento sindical, que deveria romper os limites impostos pelas óticas tradicionais de defesa dos níveis de emprego e das condições de trabalho.

A ARETE e Alter ressaltam a importância das alianças informais dentro das organizações para a troca de idéias e intercâmbio de informações, mostrando que isso tem um certo impacto em termos do controle do uso dessas tecnologias. Tal concepção dá margem à interpretação de que o controle social da informatização não passaria primordialmente pelas discussões das comissões parlamentares ou pela concertação ampla entre os chamados parceiros sociais, nem ainda pelas diferentes formas de "moratórias" tecnológicas, mas por um profundo conhecimento das "microestratégias" de controle da informatização, a partir das quais (ou de cujo conhecimento) se construam novos temas econômicos, políticos e sociais de conflito e negociação.

Algo nessa direção parece estar-se esboçando. A confederação sindical francesa CFDT organizou um estudo sobre o setor terciário e a ação dos trabalhadores nesse setor, com o objetivo de afastar-se das análises doutrinárias tradicionais e buscar uma reorientação para as práticas sindicais. Uma conclusão importante desse estudo foi a constatação da necessidade de novas pesquisas sobre os diferentes ramos componentes desse setor "fragmentário"; para que se compreenda essa realidade, "se não quisermos que a ideologia dominante condicione o destino dos assalariados, como ocorreu há pouco mais de um século, com a industrialização". A necessidade de análise das novas

questões e atores afetados pela informatização foi expressa, no mesmo livro e a propósito das transformações do setor terciário (mas com aplicação obviamente muito mais ampla), pelo sindicalista René Decaillon: "O patronato e o governo estão bem à frente do sindicalismo para modelar o setor em função unicamente de sua rentabilidade. Essa é mais uma razão para elaborar com seriedade nossa estratégia, pois, se multiplicarmos os fracassos devidos à utilização de uma política não adequada, corremos o risco de decepcionar toda uma geração de trabalhadores (...) e, assim, passar ao largo de uma revolução" (CFDT 1980, p. 325-6). Decaillon não está sozinho quando acredita que, de fato, estamos diante de um fenômeno revolucionário. A imensa transformação tecnológica em curso está anunciando mudanças pelo menos tão importantes quanto o foram as produzidas pela Revolução Industrial.

Notas Biográficas

1 - Telematização diz respeito à introdução e difusão de equipamentos e processos que envolvem associação de informática e telecomunicação (telecópia, teleprocessamento de textos etc.).

2 - Há muito tempo essa tendência tem sido observada na Sociologia do Trabalho. Gill constata que, na Suécia, num intervalo de 22 anos, a proporção dos que dão mais importância ao trabalho que ao lazer caiu de 30% para 17%. Um estudo realizado na França mostra uma grande preferência (67%) por mais lazer ao invés de aumentos salariais (Gill, p. 167)

Bibliografia

CFDT. Le tertiaire éclaté. Paris, Seuil, 1980.

GRÜN, Roberto. "Taylorismo e Fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 1, n° 2, outubro de 1986.

ILO - International Labour Office. World Labour Report. Genebra, ILO, 1984.

MISSIKA, J.L. "Les débats sur l'Informatisation et Emploi". In J.L. Missika et al. Informatisation et Eynploi: menace ou mutation? Paris, La Documentation Française, 1981

NORA, S. & MINC, A L'Informatisation de la société. Paris, La Documentation Française, 1978.

TOFFLER, Alvin. A terceira onda, 4ª edição, Rio de Janeiro, Record, s.d. (original: The Third Wave. New York, Bantam Books, 1980).

TOURAINÉ, Alain. La société Post-Industrielle. Paris, Denoël, 1969. Le Retour de l'Acteur. Paris, Fayard, 1984.

PERCEPÇÕES DO PRIVADO

Histoire de La Vie Privée

tome I, "De l'Empire Romain à l'an mille" - vol. dirigido por Paul Veyne, Seuil, Paris, 1985, 635 p.

tome II, "De l'Europe Féodale à la Renaissance" -ud. dirigido por Georges Duby, Seuil, Paris, 1986, 638p.

por Fernanda Peixoto Massi

Paul Veyne, em recente entrevista, define de modo sintético e exemplar este vultoso projeto dirigido por Philippe Ariés e Georges Duby, do qual participam historiadores como Peter Brown, o próprio Veyne, entre outros: "*Uma História da Vida Privada* onde o método adotado é o mesmo que preside uma história das mentalidades e cujo domínio é aquele do antigo 'Essair sur les Moeurs'. Trata-se de uma história da civilização sem a descrição do aparelho de Estado. Não que ele seja considerado inexistente ou de pouca importância. Ao contrário, está presente, ativo, eficaz. O ponto de vista muda: olhamos a vida não mais com os olhos do homem público que governa mas com os de um simples cidadão, escravo ou sujeito, nas relações privadas que estabelece com ele mesmo bem como com o aparelho de Estado" (Veyne, 1985, p. 106-109).

Dois dos cinco volumes que compõem esta *História da Vida Privada* foram lançados no ano passado. "De l'Empire Romain à l'an mil" inaugura a série com um amplo estudo de Veyne sobre o Império Romano e outro de Brown sobre a Antiguidade Tardia. Os demais ensaios que completam a edição percorrem o universo da casa e suas funções na Antiguidade Pagã e Cristã, a Alta Idade Média Ocidental e o Império Oriental Bizantino.

Dirigido por Duby, o segundo volume, "D'e l'Europe Féodale à la Renaissance", afasta-se do eixo cronológico

e concentra sua atenção em pontos precisos. Em primeiro lugar, a aristocracia francesa dos séculos XI e XII e os notáveis da Toscana, séculos XIV e XV. Em seguida, as transformações do espaço doméstico e o florescimento do individual no que se refere às atitudes religiosas e às expressões artísticas. Articulando ambas as partes, os autores fazem uso de um outro elemento: o imaginário literário fornecido por obras compostas entre os séculos XII e XV.

O terceiro tomo. "De la Renaissance aux Lumières" está sendo esperado ainda em 86, enquanto os dois seguintes, "De la Révolution à la Grande Guerre" e "De la Première Guerre Mondiale à nos jours", virão a público em 87. Deste último existirão várias versões, dizem os editores estrangeiros que compraram o direito de tradução da obra: uma que tratará dos franceses, e as demais, a serem redigidas por especialistas dos diferentes países onde forem editadas.

Diante de uma apresentação geral poderíamos ter a impressão de uma obra enciclopédica. Tal efeito, porém, é imediatamente dissipado no momento em que iniciamos sua leitura. Aí, o que salta aos olhos é a pesquisa minuciosa onde o rigor descritivo e analítico é marca fundamental de uma historiografia que muda de ponto de vista, que ensaia um novo olhar, como nos fala Veyne na apresentação acima citada.

Um olhar que aproxima historiador e sujeito estudado numa relação de cumplicidade, a partir da qual o conhecimento é construído. Conhecer "outro" significa, antes de mais nada, observá-lo profundamente e, deste modo, correr o risco de ser interrogado por seu olhar. Diante do retrato de um casal romano, Veyne estabelece contato com este Império: "... para conhecê-los, é suficiente olhá-los nos olhos; eles mesmos nos olham assim", "Este homem e esta mulher não são objetos já que nos vêem...".

O "historiador-voyeur" espiona, espreita interiores através de portas e janelas, das entrelinhas de documentos. Lê inscrições presentes em sarcófagos, estátuas funerárias, urnas e, através de uma hermenêutica das formas, desenha o homem romano: nascimento, educação, infância, família, casamento e morte. Revelação do privado.

A noção de "privacy", embora elaborada no contexto de uma cultura burguesa, no correr do século XIX, é retomada e transportada para épocas anteriores. Há, sem dúvidas, um universo do privado - apesar do caráter anacrônico do conceito -, terreno da familiaridade, do interior, do particular, que se define por oposição ao público, ao que é comum, manifesto. Oposição que não deve ser entendida como antagonismo radical mas como estreita relação marcada por diferenças e intersecções. É somente pela análise das formas de vida comum, às quais os indivíduos têm o sentimento de pertencer, que podemos compreender as modificações ocorridas na vida de cada um deles, em seus domínios mais íntimos.

No infundável trânsito entre as duas esferas, público e privado, o sujeito se constitui enquanto tal: moral, crenças, religiões. Este é, claramente, o objeto sobre o qual se debruçam nossos historiadores. Buscam entender o processo de constituição do indivíduo nos contextos de uma moral pagã e cristã. Questão de grande importância para pensarmos a política e a cultura hoje, onde o individualismo burguês levado a extremos convive com a massificação generalizada, dando origem a formas particulares de sociabilidade.

Se há um novo olhar que orienta esta *História da Vida Privada*, retomando as palavras iniciais de Paul Veyne, este vem sendo exercitado há algum tempo. Em sua origem estão obras clássicas como *O Declínio da Idade Média* de Johan Huizinga (1924) e *La Grande Peur* de Georges Lefebvre (1932). Tal herança encontra eco no grupo que se reuniu em torno de *Anales*, encabeçado por Lucien Febvre. Porém, é no momento em que Fernand Braudel assume a direção da revista, em 1946, que esta passa a se constituir numa espécie de laboratório das novas experiências de pesquisa. O campo da historiografia se estende tocando ciências vizinhas como a geografia, a sociologia, a economia. Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie tornaram-se, ao lado de Braudel, os precursores do que se convencionou chamar "Nouvelle Histoire".

A década de 60 assiste a uma investida teórica mais radical. A "História das Mentalidades", como a denominam os franceses, apesar de manter freqüente diálogo com a "Nouvelle Histoire", se contrapõe a ela em vários aspectos. Como esclarece Michel Vovelle: "... me parece que se passou de uma história das mentalidades que em seus começos permanecia essencialmente no nível da cultura, ou do pensamento claro (*Le problème de l'incroyance au XVI siècle: la religion de Rabelais*, de L. Febvre, mas também *De la culture populaire aux XVII et XVIII siècles*, de Robert Mandroul), a uma história das atitudes, dos comportamentos e das representações coletivas inconscientes: isto é o que se inscreve massivamente no auge dos novos centros de interesse, a criança, a mãe, a família, o amor e a sexualidade... a morte" (Vovelle, 1985, p. 12).

A nova historiografia, produzida entre 60 e 80, pretende romper com a história política de outros tempos, onde os "grandes feitos" eram foco privilegiado de atenção, bem como a história social realizada sobretudo pelos marxistas, em que a explicação se pautava num determinismo causal. Não podemos nos esquecer, entretanto, que por este caminho enveredaram historiadores das mais diversas filiações. Para uns, o estudo das mentalidades significou a ruptura definitiva com o que se fazia anteriormente. Para outros, de inspiração marxista, a possibilidade de articular o estudo

das mentalidades com a história das estruturas.

Seria até ingênuo afirmar um antagonismo entre as duas posturas - a marxista e a das mentalidades. Nomes como os de Hobsbawn e Thompson, por exemplo, fazem vir por água abaixo tal asserção. Mais recentemente Michel Vovelle, autor de *La mort et l'occident de 1300 à nos jours* e *Idéologies et Mentalités*, ambos de 1982, reforça a possibilidade do diálogo. Creio não residir na recusa do marxismo, reclamada por muitos, a novidade do empreendimento. O elemento novo, me parece, resulta não de um afastamento e sim de uma nova aproximação, desta vez com a antropologia.

A antropologia permaneceu, durante muito tempo, uma das disciplinas mais afastadas da história já que sua ênfase incidia, primordialmente, sobre os estudos sincrônicos. Agora são os nomes de Evans Pritchard, Clifford Geertz, Mary Douglas, Victor Turner, entre outros, que inspiram os historiadores a pensarem sentimentos, modelos de comportamento e sua significação simbólica.

É a história entendida como etnografia, onde o microcosmo torna-se o ponto de partida para a apreensão do macro, em que a descrição, o relato, o contar a história, atingem relevâncias inegáveis. Etnografia histórica pensada como descrição densa, na acepção de Geertz, "como tentar ler (no sentido de 'construir uma leitura de') um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com os exemplos transitórios de comportamento modelado" (Geertz, 1978, p. 20).

E assim, através de descrições densas que nos oferecem os autores desta *História da Vida Privada*, construídas sobre as fontes mais diversas, percorremos os territórios da história como quem vasculha hábitos, corpos, casas, transcreve testamentos, transita entre o nascimento e a morte.

Bibliografia

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VEYNE, P. *Magazine littéraire*, n° 225, dez, 1985.

VOVELLE, M. *Ideologias y mentalidades*. Barcelona, Editorial Ariel, 1985.

A Igreja nas bases em tempo de transição

- de Paulo Krischke & Scott Mainwaring (orgs.), L&PM Editore/ICedec, Porto Alegre, 1986, 208 p.

Por Luiz Roberto Benedetti

A literatura recente sobre Igreja e Sociedade no Brasil tem sido marcada pela reavaliação continuada de produções anteriores sobre o tema. Reavaliação que se impõe menos pela insuficiência das interpretações já consagradas do que pela emergência de fatos novos ou aspectos ainda não abordados. Este livro procura avaliar a emergência, o desenvolvimento e os dilemas das experiências avançadas da Igreja nas bases, experiências levadas a efeito com a sanção e o apoio da hierarquia. O campo de estudo são as periferias urbanas, um dos locais privilegiados de atuação da ala progressista da Igreja Católica.

Além da unidade do tema, há, por parte dos autores, uma constatação comum: ocorreram mudanças significativas na Igreja, acompanhando mudanças na sociedade, quase uma obviedade se esta constatação não se fizesse acompanhar de uma contrapartida: a exigência de diversidade de abordagens metodológicas e disciplinares. Exigência de repensar as "grandes teorias" e as formas políticas de atuação correspondentes.

Estas "grandes teorias" incluíram, como dados teóricos, uma visão determinada da religião, uma análise, até certo ponto estabelecida, sobre papel da Igreja na sociedade brasileira e formas definidas de atuação político-partidária. Embalavam tanto a ação política dos agentes sociais, quanto as produções teóricas que tentavam dar conta das transformações sociais. E quando a questão envolvia a Igreja e Partido, uma postura apologética, manifesta ou velada, subjazia às interpretações.

A produção mais recente no campo das Ciências Sociais mostra que as coisas estão mudando, tanto no campo da prática política, como das posturas teóricas dos analistas. Este livro é testemunho disso. A busca de interpretações alternativas às já consagradas e um sólido ancoramento em dados empíricos, presentes, com altos e baixos, nos vários trabalhos desta coletânea, garante que o intento dos organizadores foi alcançado.

Favoráveis ou críticos à atuação da Igreja Católica, os autores nunca permitem uma tomada de posição definitiva, deixando claro que a ambigüidade de sua atuação política exige uma "abertura" de análise constante. Uma interrogação mútua (implícita) entre os autores faz do livro uma fecunda "grande interrogação".

Ensaio de cunho mais abrangente abrem e fecham o livro, os de Ralph Delia Cava e Paulo Krischke, respectivamente. No primeiro, Ralph Delia Cava traça as grandes linhas de atuação da Igreja no Brasil ao longo dos últimos 10 anos, privilegiando a incidência de suas instâncias centrais na direção seguida pela instituição local. Delia Cava elabora categorias para inventariar os fatos - "quadros transnacionais", que estão por trás do surgimento da Igreja do povo; "Aliança Euro-Latina", responsável pela onda neoconservadora. Em torno delas elabora caminhos de investigação instigantes, embora, em certos momentos transpareça em suas análises uma espécie de visão conspirativa da História. Os trabalhos que vêm a seguir matizam melhor este esboço abrangente e criativo.

A irrupção da Igreja na sociedade, com uma proposta política avançada, sempre foi vista como uma novidade a preencher um vazio político deixado pelo golpe de 64. Vera Silva Telles desmistifica esta visão, apresentando os movimentos políticos dos anos 70 como a "convergência" de "estilhaços" dos vários movimentos sociais e políticos anteriores e estilhaços também da militância católica, também ela "quebrada" pelo braço da repressão, senão com a complacência, pelo menos com o silêncio cúmplice da direção da CNBB, fato lembrado por Delia Cava (p. 34). Esta convergência mostra a existência da continuidade em algo que aparecia como ruptura entre o pré e o pós-64, e nesta, a irrupção de um "novo", a Igreja Católica. Continuidade marcada pela redescoberta do cotidiano como um "lugar" da política; das formas de solidariedade na luta pela sobrevivência e sobrevivência da luta política nos anos duros da repressão; pelas formas micropolíticas de recusa e alternativa. Além disso, seu artigo traz contribuições decisivas para entender como uma instituição autoritária como a Igreja pode ser matriz da prática efetiva de uma democracia de base.

A preocupação com o cotidiano e a política é também a de Scott Mainwaring em trabalho sobre o movimento popular em Nova Iguaçu. Escapa aos maniqueísmos que vêem a Igreja como o vilão a defender interesses corporativos infiltrando-se na autonomia heróica dos movimentos. Através de análise empírica cuidadosa, Scott mostra como em Nova Iguaçu, a Igreja, mantendo sua identidade e respeitando a autonomia do movimento popular, associou-se à esquerda marxista. Quem ganhou com esta convergência de esforços foram as classes populares. Há uma crítica implícita àqueles que vêem o ganho político, não a partir dos fatos, mas de teorias prévias: "priorizar em excesso questões mais amplas redundando facilmente em defasagens entre as lideranças, politicamente sofisticadas (...) e as bases, em geral não muito conscientes das articulações entre as questões políticas mais amplas e as necessidades materiais imediatas" (p. 91). Mas, lembra Scott, esquecer a questão política ampla leva os movimentos à desagregação. Assinala também que a convergência da esquerda acarreta tensões e conflitos entre setores conservadores do clero e o movimento popular e mesmo entre estes setores e o bispo local. O "refluxo" da Igreja no momento em que a sociedade civil articula seus próprios mecanismos políticos é um valor a ser enfatizado.

Assim não pensa Ana Maria Doimo. Ela parte do pressuposto de que há uma estratégia consciente dos setores progressistas da Igreja para controlar o movimento popular. A preocupação da Igreja é sempre a de preservar sua integridade institucional mesmo que as custas do movimento popular. Coerente com esta posição, vê a Igreja como veiculadora de um valor, a religiosidade, situada na esfera motivacional, a ser subordinado às exigências da política. Um valor necessário, porque aglutinador, num universo cultural multifacetado e socialmente difuso. A politização do discurso religioso é problemática e Ana Maria vê com clareza a questão. Mas fica uma pergunta: mesmo que, para explicar os movimentos sociais, não se possa prescindir dos sujeitos organizacionais, pode-se falar de um "projeto" político específico da Igreja sem cair em voluntarismos e retificações institucionais?

Para Doimo é impossível analisar os movimentos sociais sem a força organizacional da Igreja e sem a motivacional da religiosidade. Mas o contrário também pode ser objeto de perguntas: não seriam, a Igreja e os partidos políticos, *hóspedes incômodos* a comprometer de modo irremediável a autenticidade dos movimentos? Irllys Alencar Firmo Barreira levanta a pergunta e sua resposta confirma a ruptura com as posições acima. De um lado, é impossível um movimento puro, sem influências externas. De outro, inserido na dinâmica social, ele se torna capaz de produzir uma recodificação do discurso do agente externo. Sim, tudo bem, Igreja e partidos modificam seu discurso e suas práticas no interior dos movimentos sociais. Não seria, porém, tal modificação um dado simplesmente conjuntural, imposição de um momento de repressão, como aliás, parecem sé-lo os próprios movimentos sociais analisados?

Um país onde a representatividade popular inexiste, apesar da política formalmente representativa: quadro histórico brasileiro, que tende a se reproduzir indefinidamente. Quem pensa assim, para Rowan Ireland em seu artigo, padece de um pessimismo de quem não sabe "olhar a partir da base" e "dar lugar ao inesperado". Quem pode criar uma política efetivamente representativa são os grupos intermediários, no caso, as comunidades de base e os cultos afro-brasileiros, na medida em que são associações voluntárias com lideranças de base. Mas, sua argumentação não se sustenta. Vê as CEBs como grupos intermediários quando funda sua reflexão em estudos e documentos das próprias

comunidades ou em trabalhos de teólogos ou membros da hierarquia. Suas pesquisas de campo junto às comunidades, levam-no a resultados que, de algum modo, contradizem esta possibilidade.

O inverso ocorre com os cultos afro-brasileiros, onde o contato com a bibliografia especializada mostra que eles servem aos interesses da classe dominante. Mas sua pesquisa empírica sugere uma interpretação alternativa, inspirada em Bastide. E aí o autor recorre à tipologia, para mostrar que há cultos afro-brasileiros portadores de um código de interpretação da realidade brasileira oposto ao código da segurança nacional. Além de ser problemático o trato com tipologias, Ireland dá a impressão de colocar na boca dos depoentes a sua interpretação dos depoimentos. O melhor de seu trabalho é uma hipótese que "vai além de seus dados": é por serem religiosos e não grupos políticos que comunidades de base e cultos afro-brasileiros têm potencial político para criar, a longo prazo, uma democracia representativa.

O último ensaio, de Paulo Krischke, retoma esta mesma questão da identidade religiosa. A força das comunidades vem da religião como *élan* utópico e motivacional. Elas agem na política como um *quid* simbólico só seu. A possibilidade de serem mediações entre a reforma da Igreja e a transformação da sociedade se ancora na manutenção da identidade. O religioso e o político se relacionam de forma diversa conforme as circunstâncias sócio-políticas. Em certos momentos e sob certas condições chegam quase a se confundir (caso de São Félix do Araguaia); em outros, aparecem como dimensões diversas de uma mesma prática, ao mesmo tempo mística e política. Tais análises de casos empíricos têm em Krischke um leitor cuidadoso e inovador dos teóricos marxistas no tocante ao problema religioso.

Em síntese: o tempo da transição comporta avanços e recuos e sua interpretação é feita mais de perplexidades e perguntas que de certezas. Igreja na sacristia, partidos legalizados: onde estão os movimentos populares? O livro não tem a resposta. Seguramente, porém, permite afirmar que qualquer resposta é conjuntural.